

EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL EM TEMPOS DA PANDEMIA DE COVID-19 - EXPERIÊNCIAS DE 2020

RELATÓRIO TÉCNICO

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Coordenação

Ana Sheila Fernandes Costa - FE/UnB

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos - GEPFAPe

Edileuza Fernandes Silva - FE/UnB

Grupo de Estudos e Pesquisas: Docência, Didática e Trabalho Pedagógico na Educação Básica e Superior - Procedência

Maria Abádia da Silva - FE/UnB

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Organismos Internacionais, Gestão e Políticas para a Educação Básica - ÁGUIA

Bolsistas: Alana Beatriz Aires de Santana Dias

Ohani Araujo Lima

Jaqueline Souza

Morgana Tetzner Agum

Site: <https://www.obsebfuunb.com.br/>

Instagram: @obsebfuunb

Canal no youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC_pT50vKcE6SmAQgpgs1xrw

Contato: E-mail: obsebfuunb@gmail.com

Equipes de trabalho 2021 - 2022

Secretaria

Gilceia Fontanelle, Luciene Barreto Silva

Comunicação/tecnologia

Andrea Versuti, Stephanie Moreira, Larissa Kenneth.

Coordenação do Canal do ObsEB

Osvaldo Lima de Oliveira.

Ações político-pedagógicas

Janaína Almeida, Hugo Carvalho, Rosana Fernandes, Viviane Carrijo, Carmenísia Aires, Maicon Donizete.

Articulação institucional e com redes de pesquisa e entidades

Graciely Soares, Deise Rocha, Ricardo Pacheco, Victor Bernardes, Gina Albuquerque.

Pesquisa e projetos de extensão

Neusa Sousa Ferreira; Glaucia Erminia dos Santos.

Publicações

Eveline Spagna, Danielle Ferreira, Railma Marinho, Fernando Mariano.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
SOBRE A PESQUISA.....	5
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	6
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	7
GESTÃO DA ESCOLA DURANTE O ANO LETIVO DE 2020.....	11
FORMAÇÃO CONTINUADA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	15
TRABALHO COM TECNOLOGIAS E EQUIPAMENTOS.....	24
QUESTÕES SANITÁRIAS E SAÚDE DOS DOCENTES.....	27
NOTAS CONCLUSIVAS.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

APRESENTAÇÃO

A pandemia do covid-19 trouxe à tona e aprofundou as desigualdades sociais e regionais, modificou as condições de trabalho docente e pôs em alerta a capacidade política de o Estado assegurar o direito à educação para todos. E ainda evidenciou as fragilidades da vida humana e que as doenças alcançam a todos de maneiras diferentes. O isolamento social e os desafios enfrentados pelas instituições educativas para garantir esse direito reafirmam a necessidade de políticas sociais articuladas com os sistemas educacionais, no sentido de garantir os direitos humanos, a educação, saúde e as condições de vida e trabalho da população.

A necessidade da garantia da oferta e do direito à educação, em um cenário pandêmico sem precedentes, evidenciou em nível internacional, e mais especificamente no Brasil, complexas questões destacando-se: condições de trabalho dos docentes, formação para lidar com tecnologias digitais, acesso à internet e às plataformas digitais por docentes e discentes, além das questões do trabalho pedagógico, materiais didáticos, relação professor-aluno socialização, alimentação escolar, afetos, medos e sofrimento e luto.

Neste contexto, a pesquisa interinstitucional “Educação básica pública do Distrito Federal em tempos da pandemia de covid-19 - experiências 2020” problematiza: a) como gestores, diretores e professores atuaram para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem e o direito à educação básica no ano letivo de 2020 com o ensino remoto?; b) como diante de demandas súbitas e mudanças abruptas foi reorganizado o trabalho pedagógico? c) como a escola pública atuou para manter os vínculos sociais, apoiando e cuidando dos estudantes, profissionais da educação e da comunidade escolar afetados pelos impactos da pandemia?

Brasília, 18 de agosto de 2022

SOBRE A PESQUISA

A pesquisa interinstitucional coordenada pelo Observatório da Educação Básica da Faculdade de Educação -UnB conta com as seguintes parcerias: Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE), Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CESC), Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), entre outros.

Buscou-se analisar a realidade da rede pública de ensino do DF sobre a gestão escolar, o trabalho pedagógico e a formação docente, no tocante ao desenvolvimento das atividades de professores, diretores e equipes pedagógicas durante o ano letivo de 2020 por meio do ensino/trabalho remotos decorrente da covid-19.

São objetivos específicos da pesquisa: a) Conhecer as condições de trabalho dos professores e professoras da educação básica pública do Distrito Federal. b) Apreender as dinâmicas, atividades e formas de enfrentamento das dificuldades decorrentes da pandemia, que possibilitaram assegurar aos estudantes o direito à educação no DF. c) Criar um banco de dados sobre a educação na pandemia a partir da escuta de diretores, equipes pedagógicas e docentes. d) Subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas educacionais após a pandemia.

Eixos estruturantes da pesquisa: i) Perfil dos respondentes; ii) Gestão da escola durante o ano letivo de 2020 iii) Formação continuada e organização do trabalho pedagógico iv) Trabalho com tecnologias e equipamentos v) Questões sanitárias e saúde dos docentes

→ PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento de dados ocorreu por meio de aplicação de questionários no Google Forms a gestores, professores e profissionais da educação básica. Os dados foram coletados no período de outubro de 2021 a março de 2022.

Dos 248 profissionais que compõem a amostra do estudo, 81,8% se declararam do sexo feminino e 18,2% do sexo masculino, reforçando a tendência de feminização da profissão docente. Essa tendência revela relações de gênero que são históricas e socialmente produzidas. Dos respondentes 82,6% integram a Carreira Magistério e Carreira Especialista em Educação Público do Distrito Federal e 17,4% são professores com contratos temporários de trabalho.

Tabela 1 – Total de participantes da pesquisa por função exercida

Função ano letivo 2020	Nº de respondentes
Diretor (a)	9
Vice-diretor (a)	6
Supervisor (a)	8
Professor (a)	166
Professor de sala de recursos e/ ou equipe de apoio à aprendizagem	21
Coordenador (a) pedagógico local (na escola)	19
Coordenador (a) pedagógico intermediário ou central (CRE/SEEDF)	9
Orientador (a) educacional	10
Total de participantes (amostra)	248

Fonte: Autoria própria (2023).

Amostra: 248 respondentes

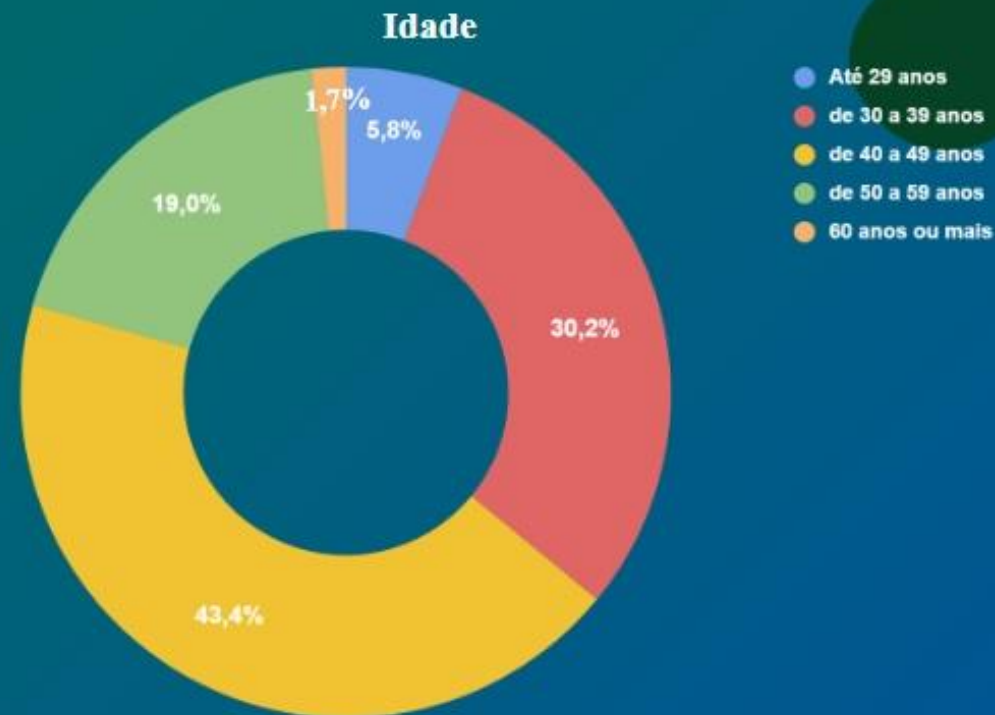
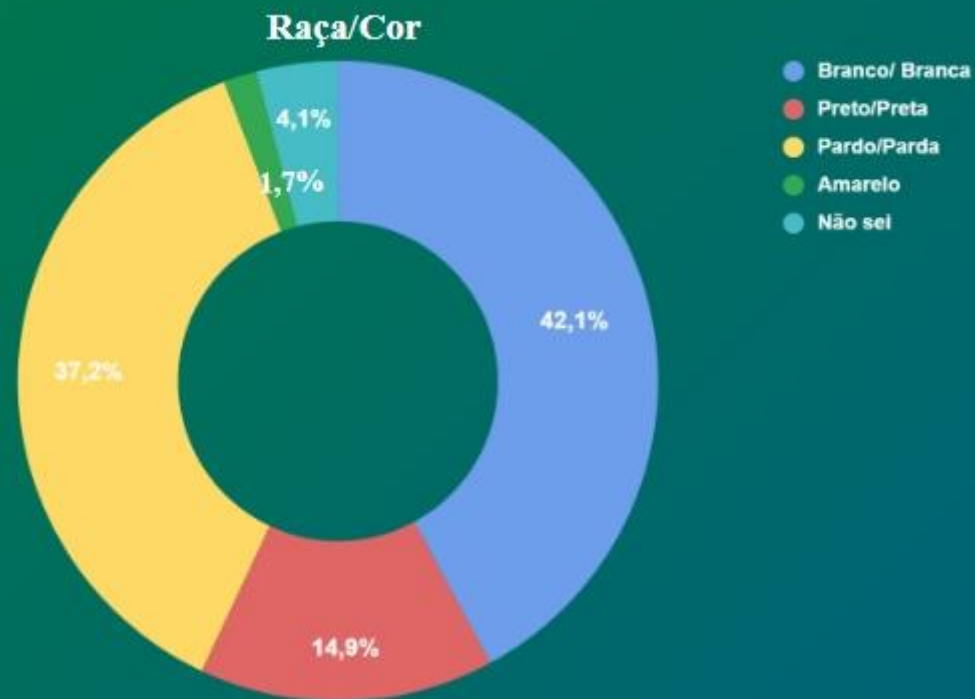
Período de aplicação do questionário: outubro de 2021 a março de 2022

→ DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Perfil dos respondentes

Sexo feminino : 81,8%

Sexo masculino: 18,2%



Vinculação profissional

82,6% Professor da Carreira Magistério Público do DF (efetivo)
17,4% Professor da Carreira Magistério Público do DF (temporário)

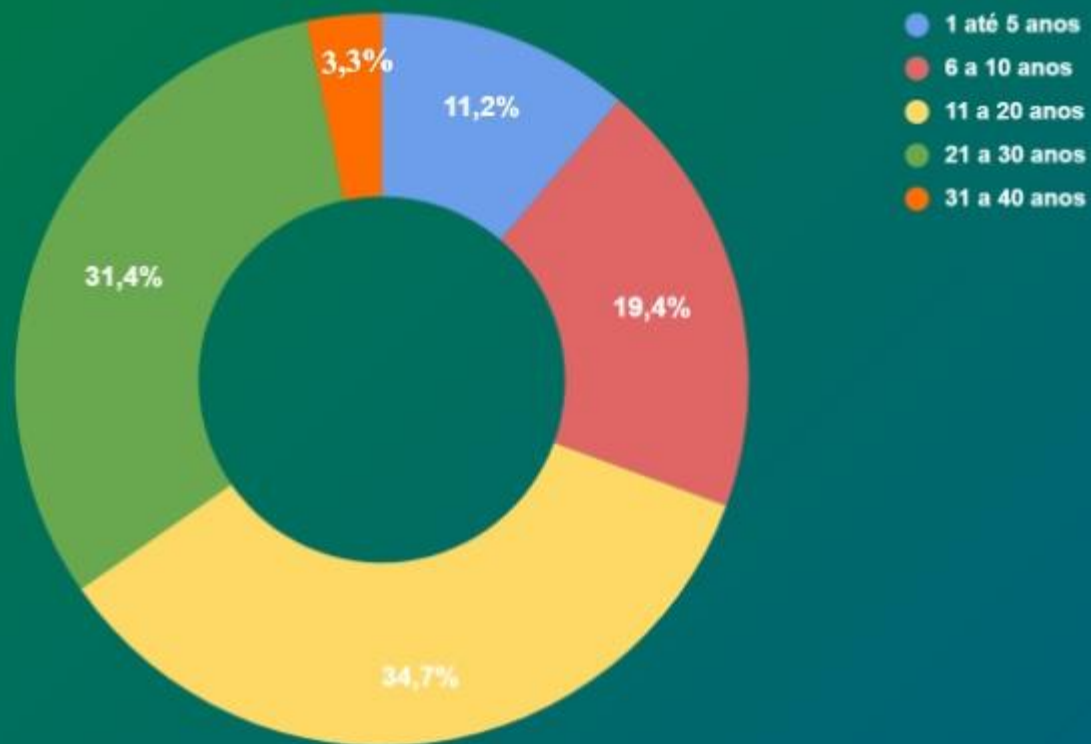
Os dados demonstram que os profissionais integrantes da carreira magistério público do DF são muito bem qualificados do ponto de vista da formação: 4,2% com doutorado, 19,8% com mestrado, 66,9% com especialização e 9,1% apenas com a graduação.



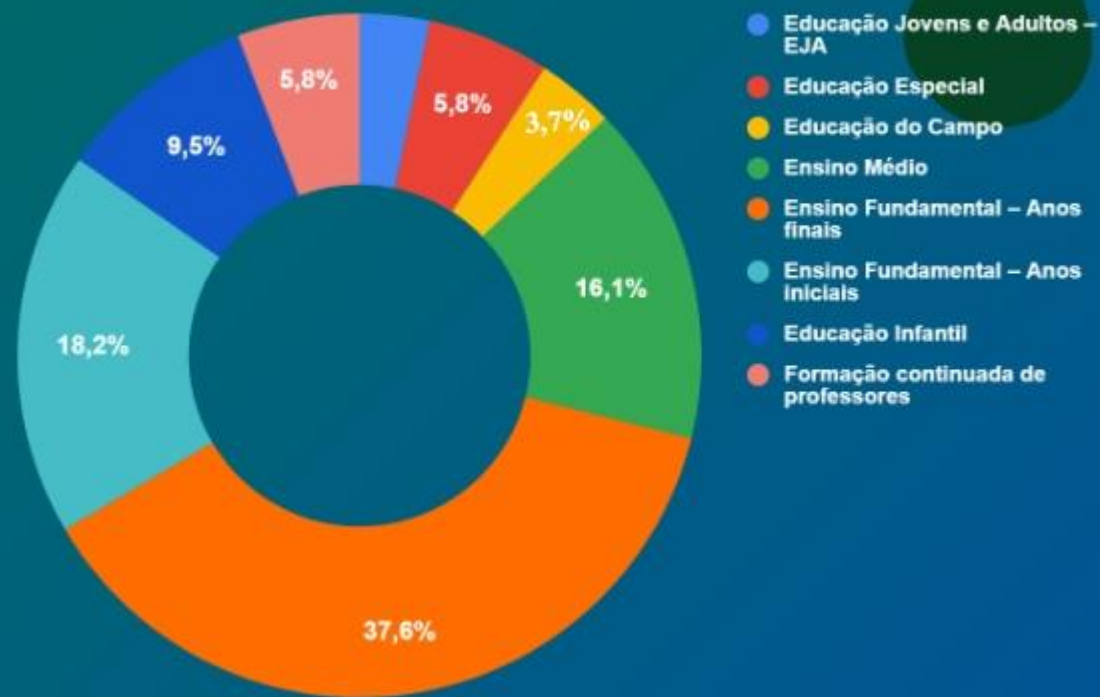
Curso de graduação realizado



Tempo de atuação no magistério



Etapa/modalidade de ensino em regência de classe em 2020



➤ GESTÃO DA ESCOLA NO ANO LETIVO DE 2020

Realização das atividades de gestão no ano letivo de 2020: Remotamente e presencialmente

Para viabilizar o ensino remoto no ano letivo de 2020, os gestores respondentes afirmaram ter desenvolvido atividades remotamente e presencialmente, o que pode ter contribuído para intensificar ainda mais o trabalho dos diretores, vice-diretores e supervisores escolares. Sobre a carga horária de trabalho diária e semanal, os gráficos a seguir indicam que os gestores trabalharam remotamente por mais de 10 horas diárias. Desses, pelo menos 16,7% deles realizaram trabalho presencial semanalmente.

Horas trabalhadas remotamente por dia:

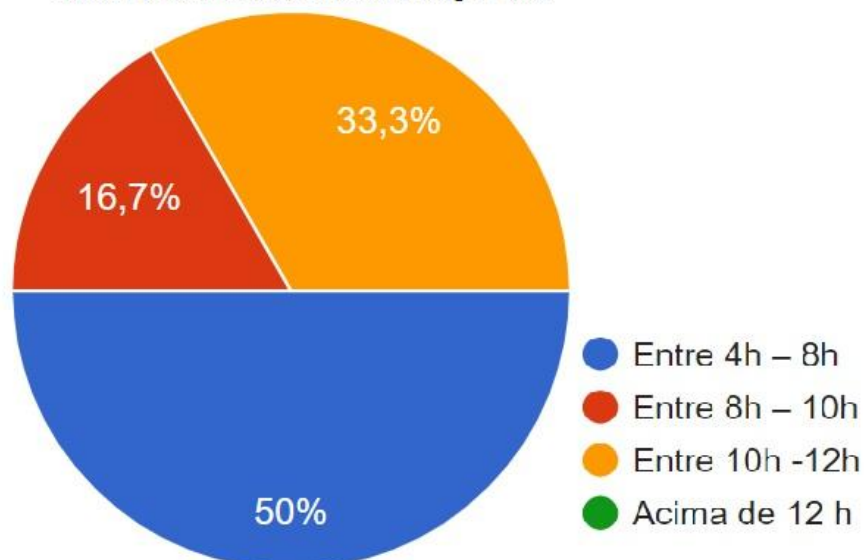


Gráfico 2 – Horas diárias de trabalho remoto de gestão escolar no ano de 2020
Fonte: Autoria própria (2023)

Dias trabalhados presencialmente por semana:

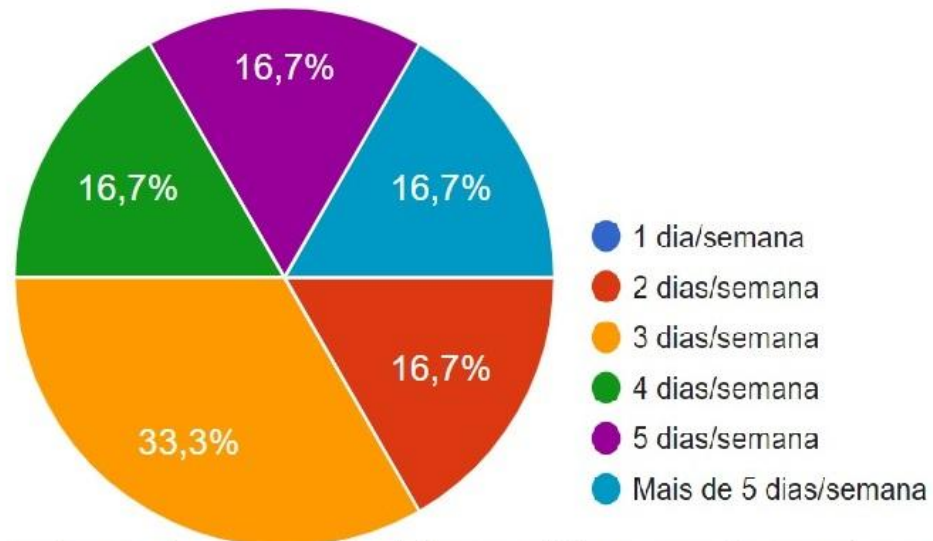


Gráfico 3 – Dias por semana de trabalho presencial de gestão escolar no ano de 2020
Fonte: Autoria própria (2023)

Frequência das atividades realizadas remotamente na gestão da escola

Frequentemente: Reuniões da equipe gestora, atendimento às demandas de docentes e das famílias.

Às vezes: Reuniões com a Secretaria de Educação do DF e com a Regional de Ensino

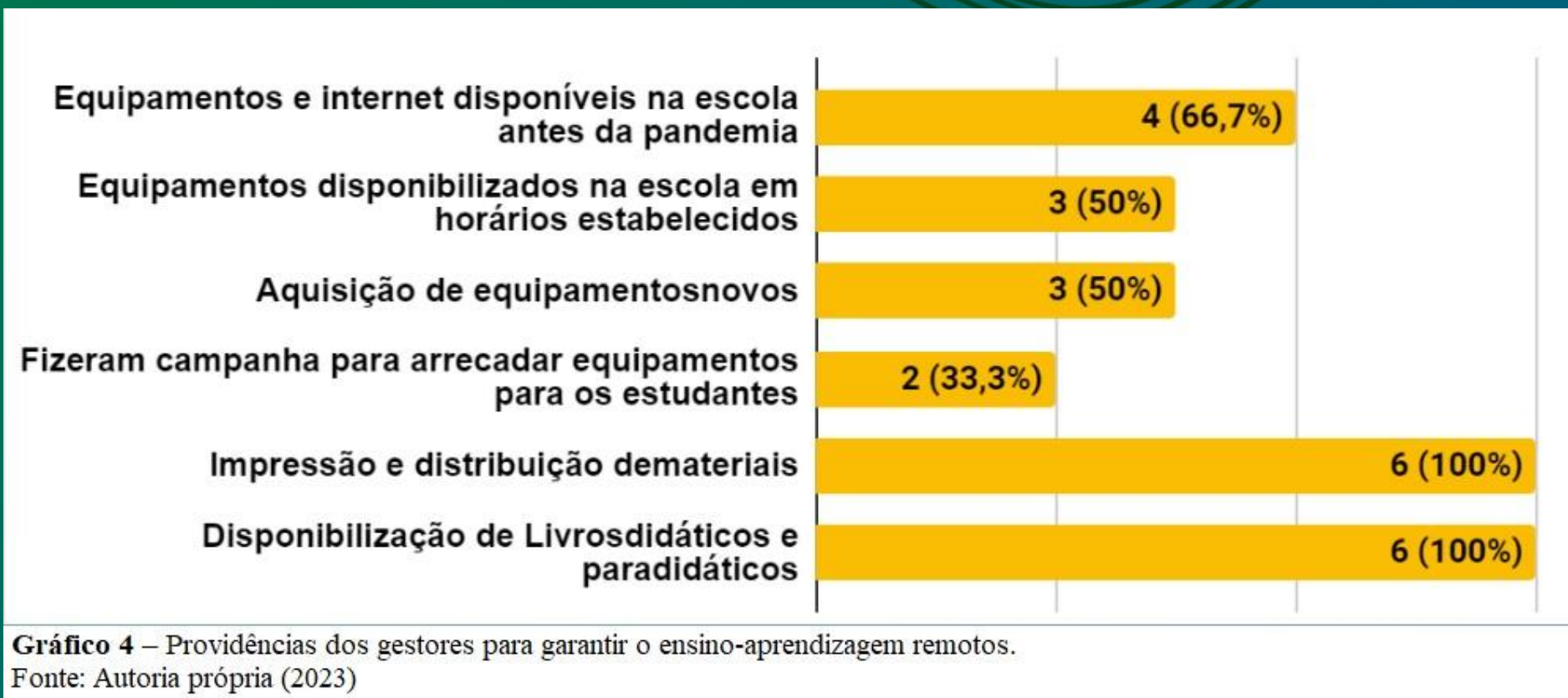
Recursos mais utilizados para a comunicação com a comunidade escolar

- Telefone/celular
- E-mail
- Aplicativos de mensagem (WhatsApp, Signal, Messenger ou Telegram)
- Rede social (Instagram, Facebook, Twitter ou similares)

Principais dificuldades enfrentadas na gestão escolar no ano letivo de 2020

- Busca ativa de estudantes ausentes
- Comunicação com as famílias
- Saúde física e emocional

Condições providenciadas pela equipe gestora para viabilizar o ensino-aprendizagem no ano letivo de 2020



Fontes de financiamento para aquisição de equipamentos para o ensino remoto no ano de 2020

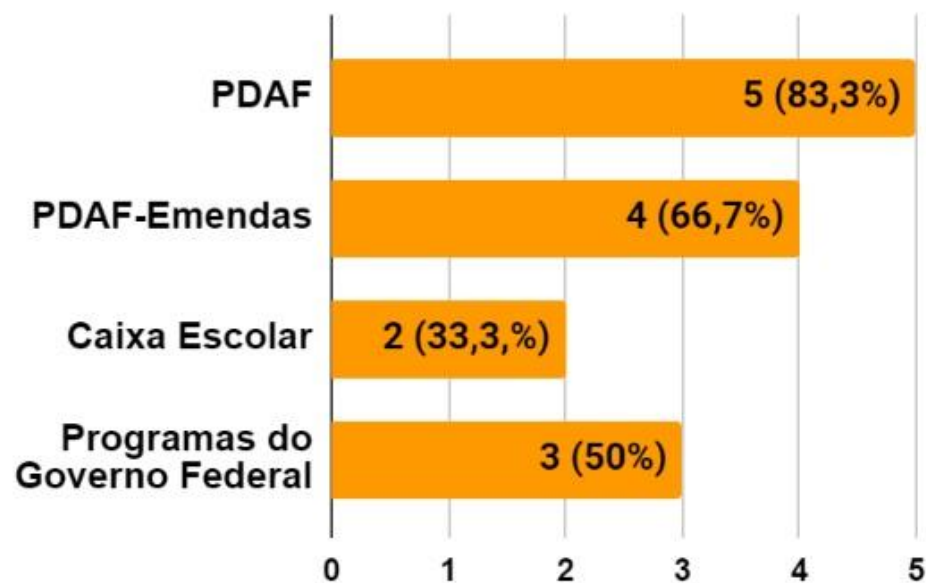


Gráfico 5 – Financiamento público em 2020
Fonte: Autoria própria (2023)

Respondentes: 6 gestores

O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) foi a fonte principal de financiamento das escolas para aquisição de equipamentos para o ensino remoto no ano de 2020. 83,3% dos gestores indicaram que os recursos foram oriundos do PDAF-Ordinário, cujos fatores de cálculo e de distribuição levam em consideração o número de estudantes matriculados em cada unidade escolar e de total de escolas e respectivos estudantes em cada regional de ensino, etc., em conformidade com a Lei n.º 6.023/2017). Cerca de 66,7% dos gestores indicaram que os recursos também foram oriundos do PDAF-Emendas. Chama a atenção o fato de que no ano de 2022, houve um corte de cerca de 10 milhões na verba do PDAF, agravando o retorno ao ensino presencial que exigiu mais investimentos, visando a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e de avaliação. Ademais, os dados indicam a presença dos programas do Governo Federal como parte do pacto federativo em que todos os entes têm atribuições e responsabilidades conjuntas. Destaca-se que, os recursos financeiros do PDAF, conforme estabelece o artigo 13 da Lei n.º 6.023/2017, devem ser aplicados para que as escolas implementem o projeto político-pedagógico da escola (PPP), a partir de definições prioritárias administrativas e pedagógicas. (SILVA; FERNANDES SILVA, 2023, no prelo). Neste sentido reafirma-se a necessidade de políticas sociais integradas e articuladas com o projeto político pedagógico da escola pública..

➤ FORMAÇÃO CONTINUADA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Nível de conhecimento de tecnologias digitais antes do ensino remoto

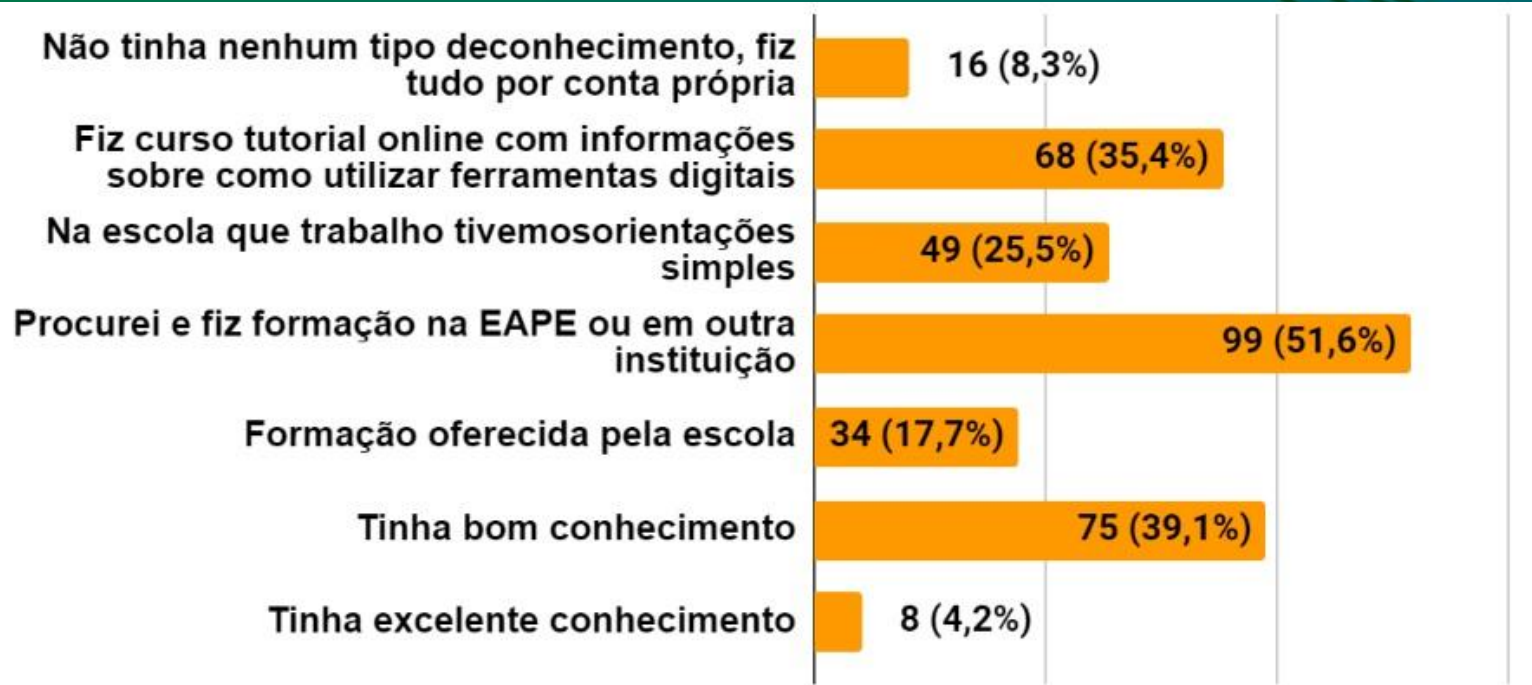


Gráfico 6 – Conhecimento de tecnologias digitais utilizadas pelos professores antes do ensino remoto
Fonte: Autoria própria (2023)

Os professores declararam: 8,3% não tinham nenhum conhecimento; 39,1% tinham bom conhecimento e 4,2% declararam que tinham excelente conhecimento. Para melhor apropriação das linguagens tecnológicas e do uso de tecnologias digitais que viabilizassem o ensino remoto, foram ofertados cursos pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE). Quanto à participação nesses cursos, 51,6% dos respondentes admitiram ter participado e 35,4% declararam ter realizado cursos tutoriais on line. Nessa questão reafirma-se que a escola pública é a instituição social de formação escolar e também um espaço de formação continuada para 43,2% dos respondentes, destacando a coordenação pedagógica como espaço-tempo primordial para a formação docente. Esta pode ocorrer na escola ou em outros espaços como regionais de ensino, universidades, entre outros.

Ações institucionais de formação continuada para o ensino remoto

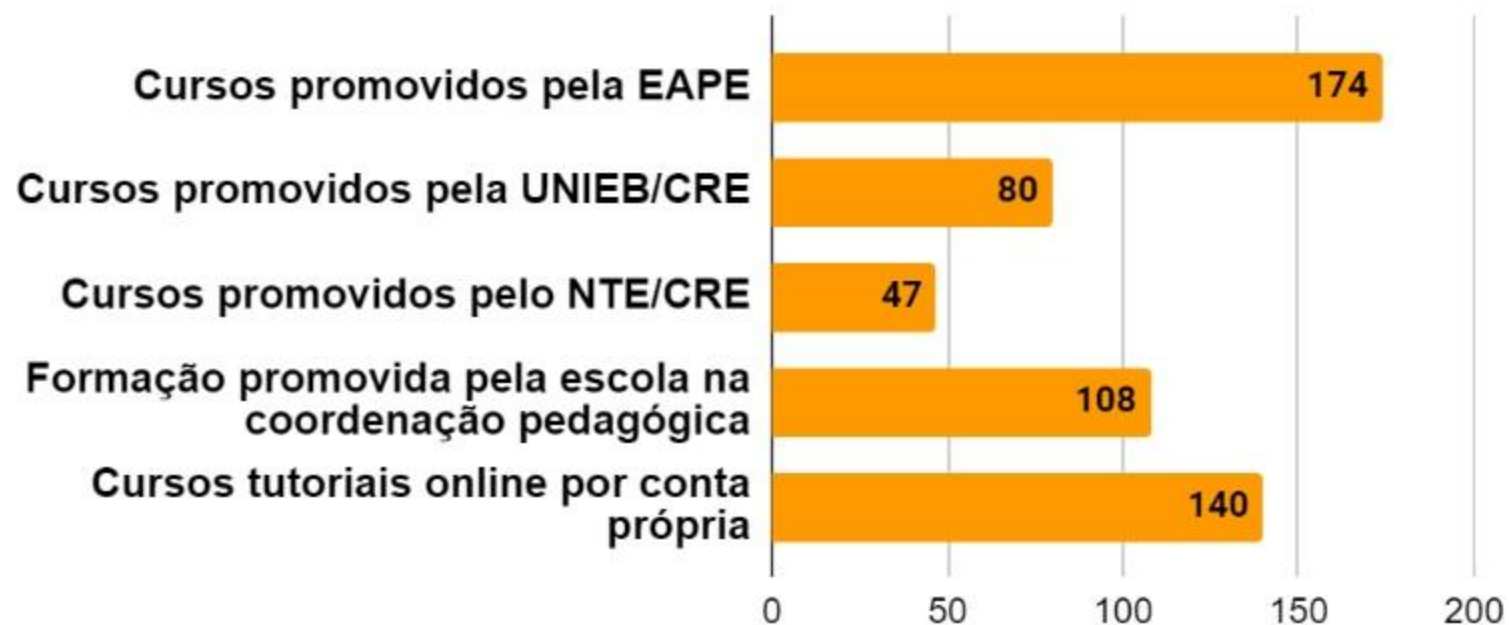
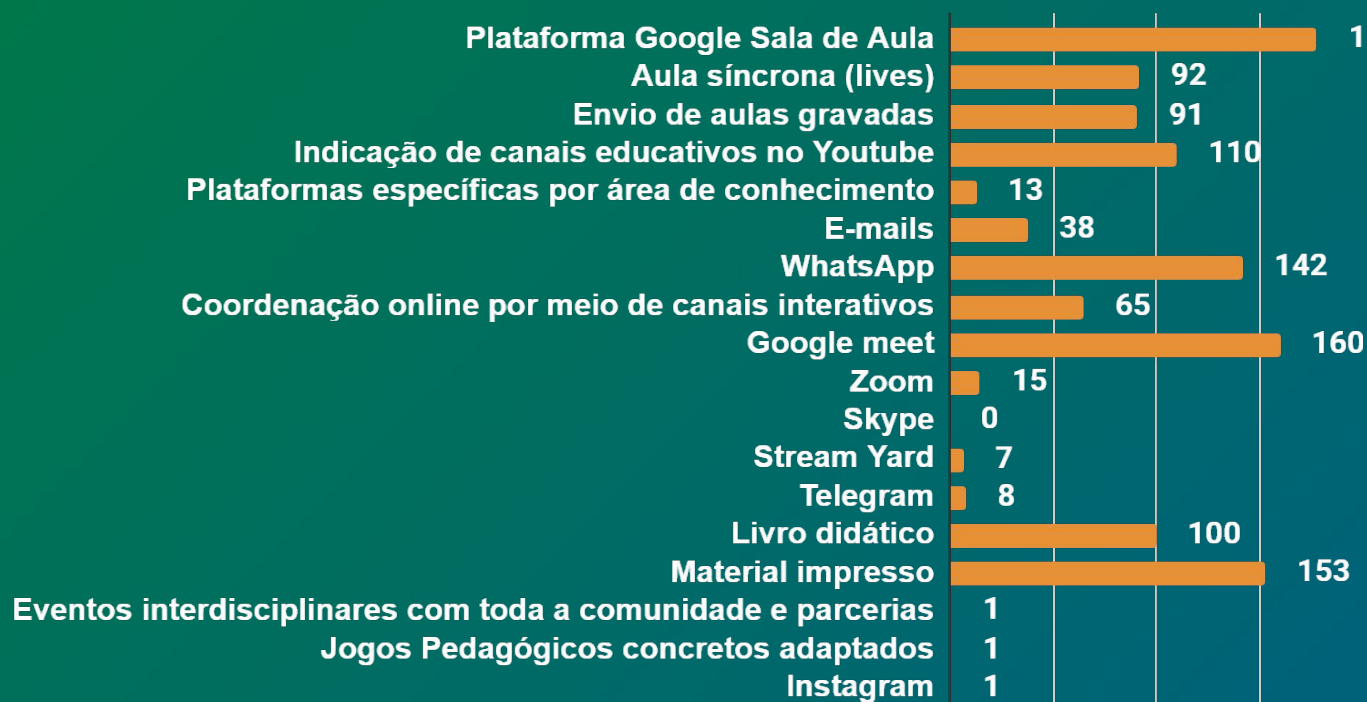


Gráfico 7 – Participantes em ações institucionais de formação continuada para o ensino remoto em 2020
Fonte: Autoria própria (2023)

O ensino remoto foi realizado no ano letivo de 2020 por meio de...



O trabalho pedagógico desenvolvido na e pela relação professor-aluno é responsável pela concretização dos objetivos e intencionalidades da educação e dos projetos pedagógicos das escolas. Esse trabalho organiza métodos, técnicas, avaliação intencionalmente planejadas, visando o alcance de objetivos relativos à produção de conhecimentos (FERREIRA, 2010). Nessa direção, na pandemia, o ensino remoto foi realizado por meio de atividades desenvolvidas fora da escola, com uso de materiais impressos, uso de notebook, whatsapp; e-mails, plataformas Google meet, teams, zoom, Skype, lives, stream Yard, ou seja, os docentes recorrem a recursos didáticos, aplicativos, plataformas indicadas no gráfico. Foram esses os meios encontrados para a comunicação entre docentes e discentes, com todas as dificuldades e limitações que impõem as tecnologias, bem como as condições ou inexistência delas por parte de estudantes e docentes.

Vê-se que 92,7% dos professores usaram a plataforma Google Sala de Aula, 83,3% a Google Meet e 79,9% usaram material impresso para viabilizar o ensino remoto. Além disso, os docentes buscaram (re)organizar o trabalho pedagógico para garantir ensino-aprendizagem desenvolvendo atividades com metodologias e técnicas de ensino diversas.

Processo ensino-aprendizagem no ano 2020: atividades e técnicas de ensino



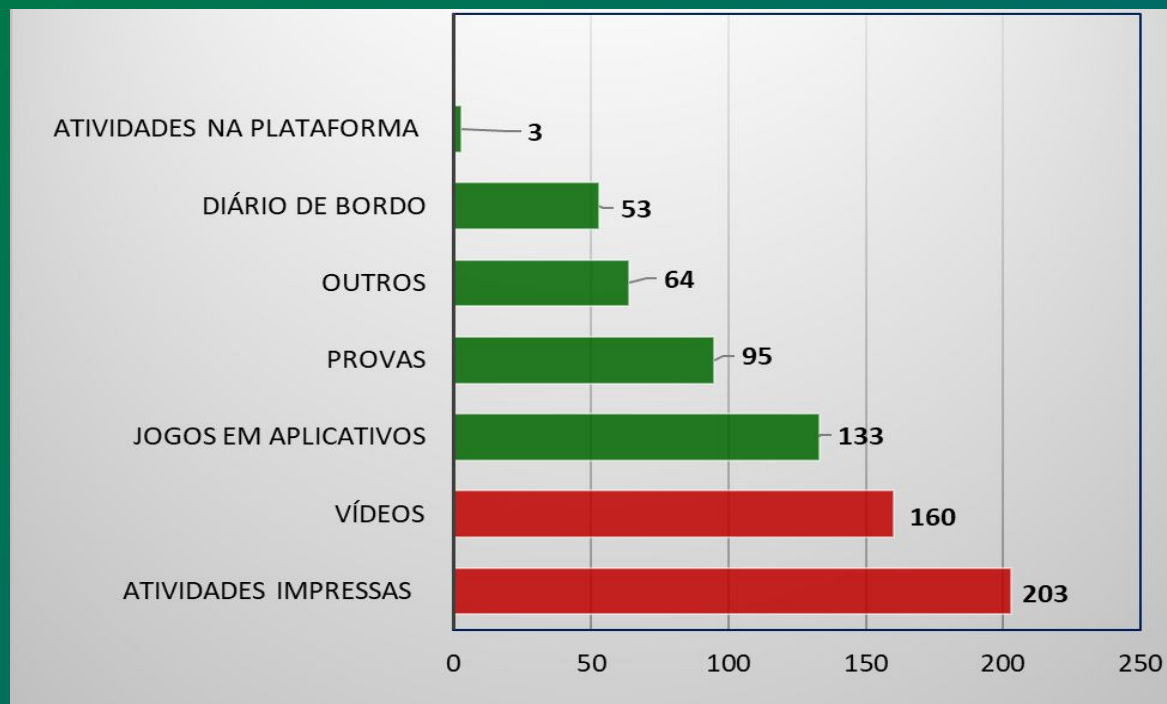
Na reorganização do trabalho pedagógico remoto, os docentes, gestores e equipes pedagógicas, demonstraram terem sido os maiores responsáveis pela efetivação do ensino remoto. Para isso, planejaram diferentes e diversificadas alternativas didático-pedagógicas para oportunizar aos estudantes o acesso aos conteúdos escolares, usaram arquivos de word, fotografias de atividades feitas por aparelhos celulares e materiais impressos. Destaca-se que mesmo em um contexto complexo de ensino, os docentes foram criativos e ousaram adotar metodologias ativas para garantir maior participação e protagonismo dos estudantes, aprendizagem baseada em problemas, jogos e gamificação. Aula expositiva foi a técnica de ensino mais usada por 71,9% dos professores, talvez por ser a mais fácil de ser viabilizada na criação de vínculo docente-discente-conteúdos escolares.

Diante do desafio de avaliar formativamente no ensino remoto, por fim, o que se buscou mesmo foi manter a relação humana de carinho e afeto em que se sentiam vivos e ativos, para um bem-estar coletivo.

Mecanismos de envio e registro das atividades dos estudantes

Mecanismos de envio e registro das atividades dos estudantes	Nº respostas
Em arquivos de word	100
Fotografias das atividades	145
Entrega das atividades impressas de modo presencial	139

Procedimentos para avaliar o desempenho dos estudantes

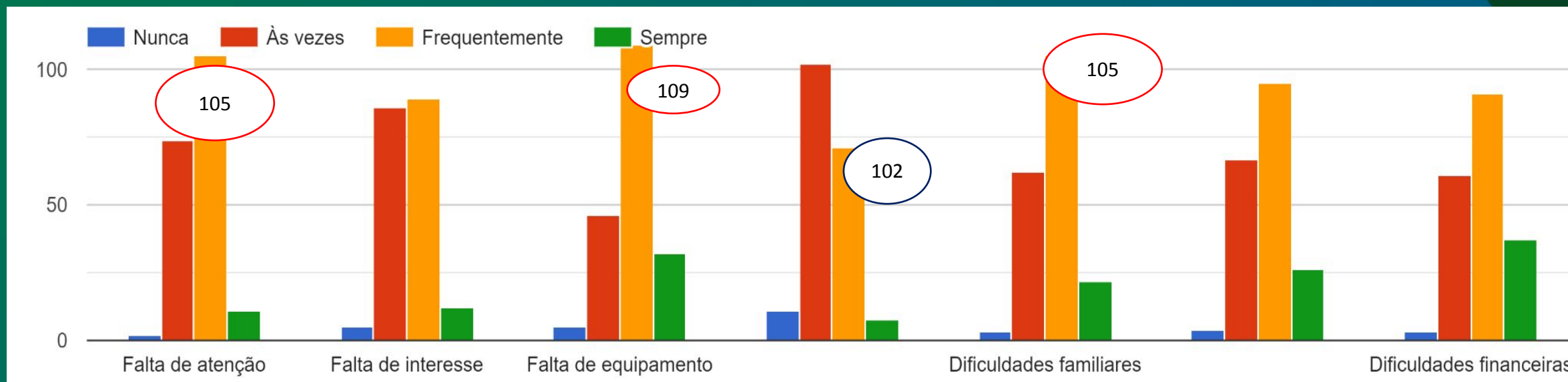


Docentes e gestores buscaram fazer com que suas vozes e imagens permanecessem na memória das crianças e jovens, mesmo em situações muito difíceis e complexas. Para isso, os professores da rede pública de ensino planejaram diferentes procedimentos e instrumentos avaliativos.

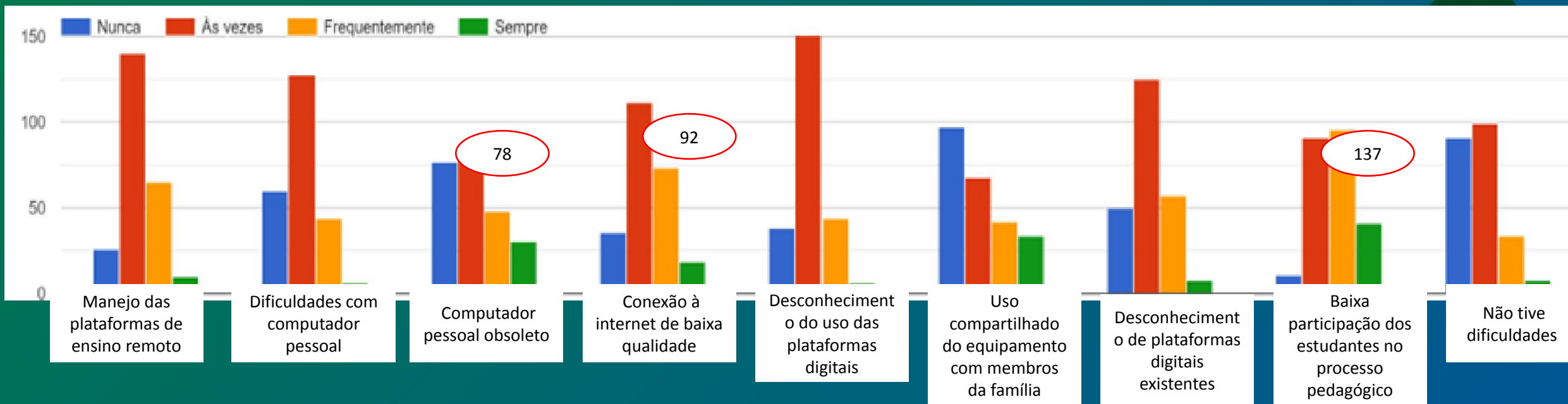
As atividades impressas foram as mais utilizadas para avaliar as aprendizagens dos estudantes, seguidas de vídeos que incluem vídeos-aulas, jogos e provas. Ressalta-se ainda a fotografia das atividades, revelando um esforço fenomenal dos docentes para fazer chegar aos estudantes o conteúdo, as atividades, entre outros. Houve ainda, a entrega de atividades impressas na escola, ocasião em que as famílias iam buscá-las e se tornou o meio mais adotado no período, tendo em vista a carência de computadores e internet banda larga nas famílias.

Principais limitações apresentadas pelos estudantes

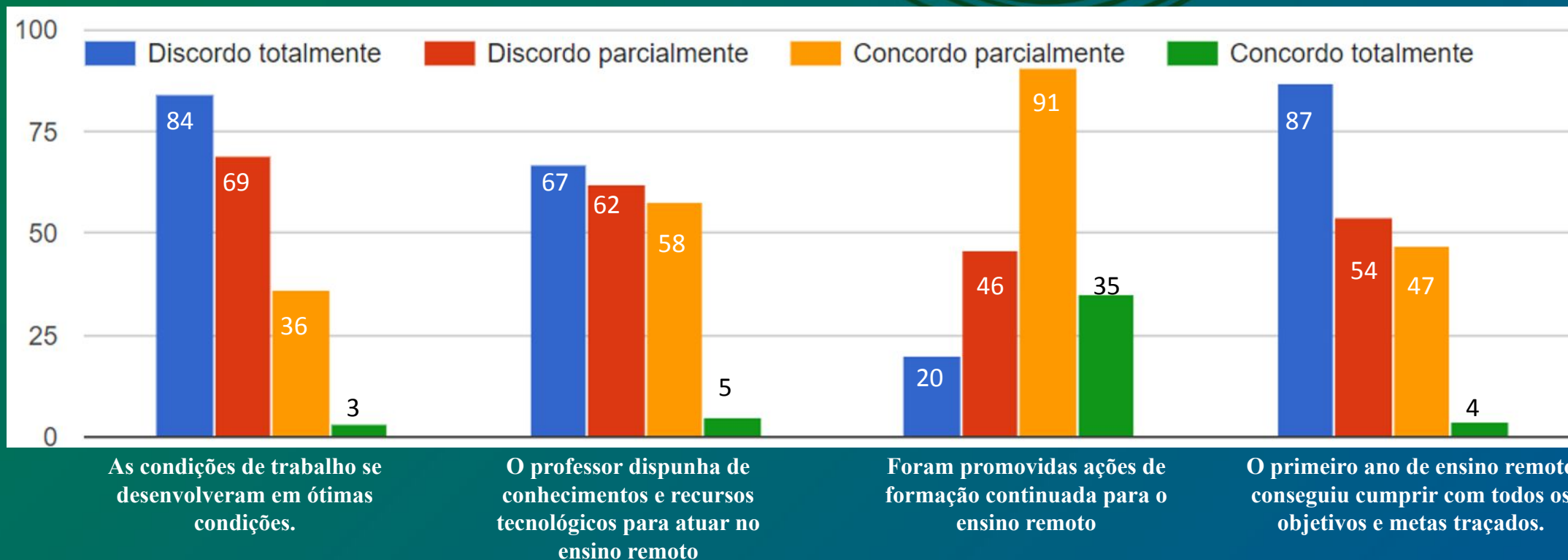
Mesmo diante de todo o empenho e trabalho docente, dos gestores e demais profissionais das escolas, o ensino remoto apresentou limites à reorganização do trabalho pedagógico. E esses se referem aos estudantes, protagonistas da relação pedagógica professor-aluno que é sempre mediada pela busca do conhecimento. As limitações indicadas com maior recorrência pelos professores foram a falta de equipamentos, a desatenção e adoecimento físico e emocional e as dificuldades familiares e financeiras.



Dificuldades no uso de tecnologias e plataformas digitais no desenvolvimento do trabalho pedagógico

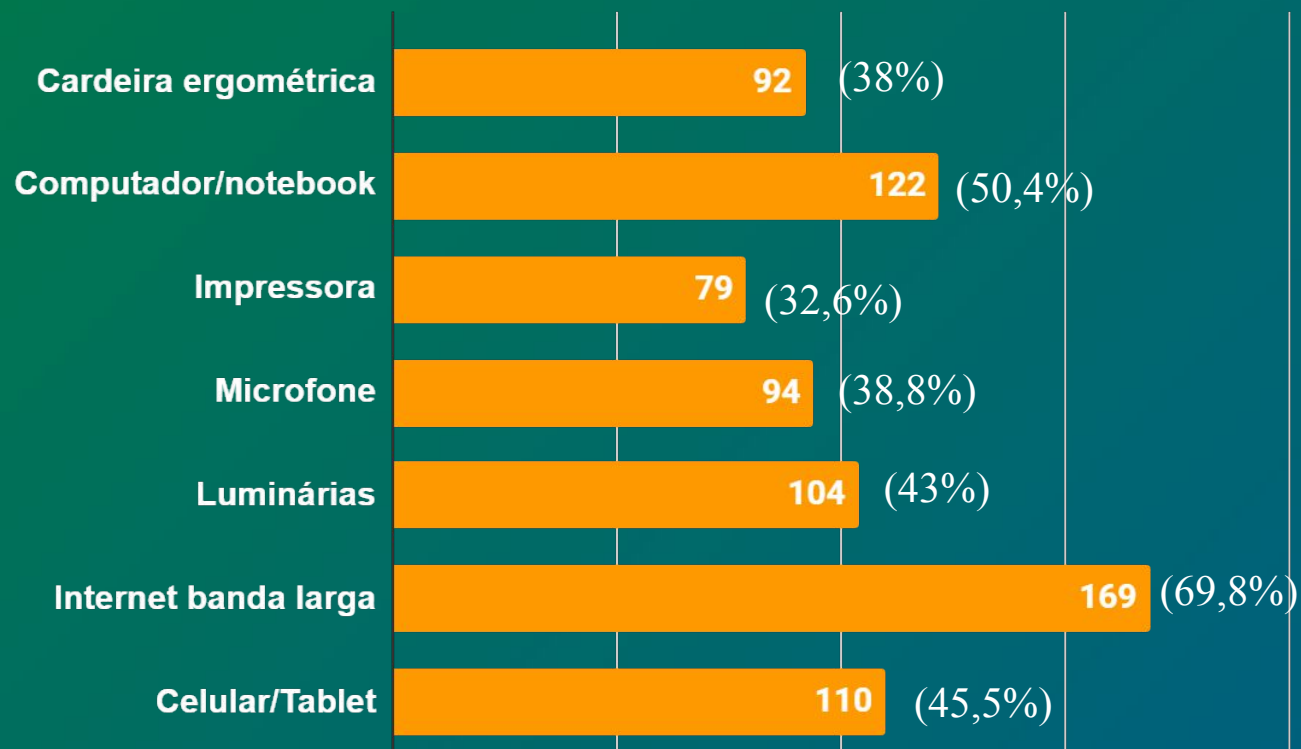


Avaliação do trabalho pedagógico



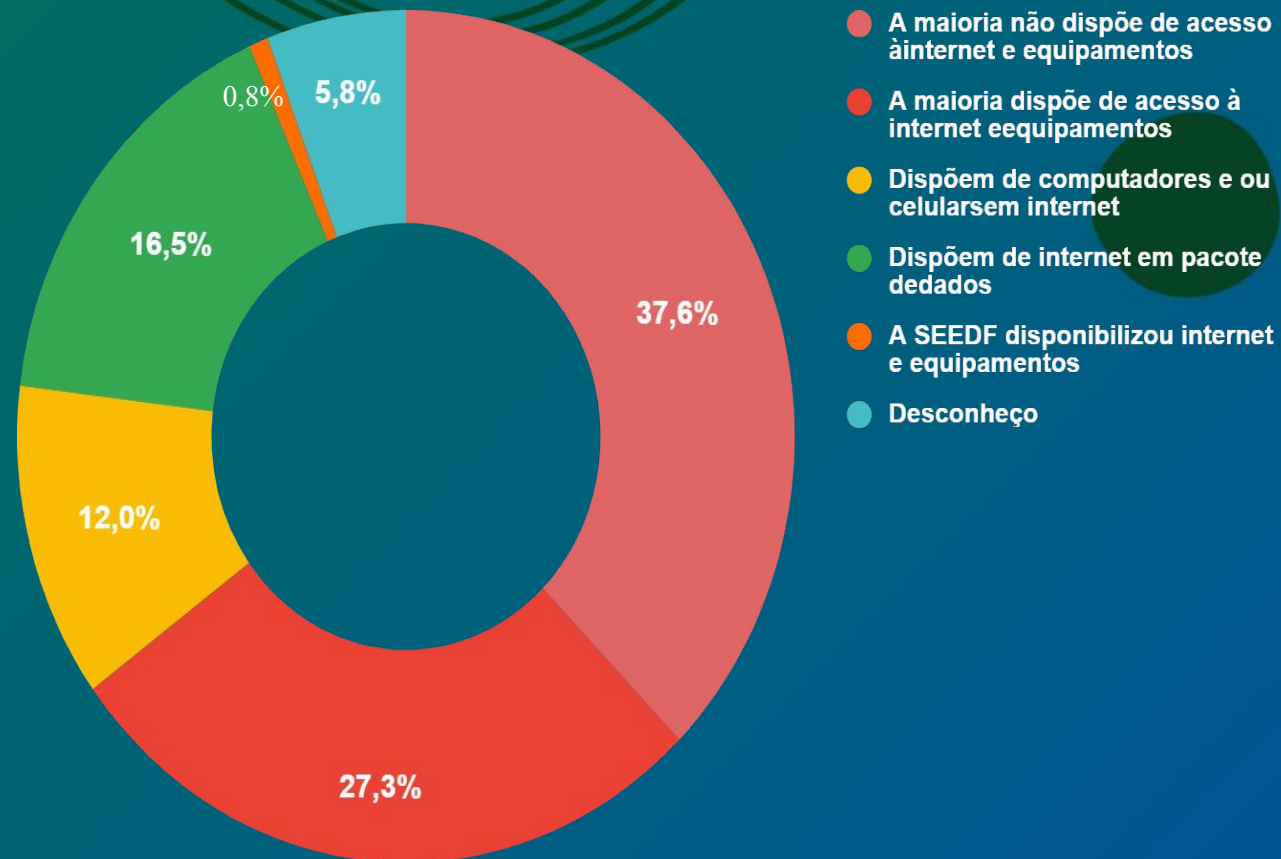
➤ TRABALHO COM TECNOLOGIAS E EQUIPAMENTOS

Equipamentos e/ou mobiliários adquiridos pelos docentes para viabilizar o trabalho remoto



Nível de acesso dos estudantes à internet e a equipamentos

Em relação ao nível de acesso a equipamentos e à internet pelos estudantes, o gráfico demonstra que 37,6% não dispunha de nenhum acesso, 27,3% indicaram que a maioria dispunha de acesso, sugerindo desconhecimento das distintas realidades das famílias e dos estudantes. Apenas 12% declararam que havia as condições de equipamentos e internet para o ensino remoto. Outra situação dramática para as famílias, 16,5% usavam pacotes de dados móveis para que os filhos acessassem materiais e aulas. Os dados revelam a ausência do Estado no suprimento das necessidades materiais que pudessem garantir o direito à educação, ainda que, os estudos de SILVA e SILVA (2020) indicam um aumento de parcerias de empresas privadas com a Secretaria de Educação no sentido de garantir o acesso dos estudantes. As limitações dos estudantes somaram-se às dos professores e repercutiram no desconhecimento das tecnologias e de plataformas digitais no desenvolvimento de trabalho pedagógico com linguagens tecnológicas. Para viabilizar o trabalho pedagógico, os docentes tiveram que investir recursos financeiros próprios para viabilizar as condições necessárias para desenvolver o ensino remoto.

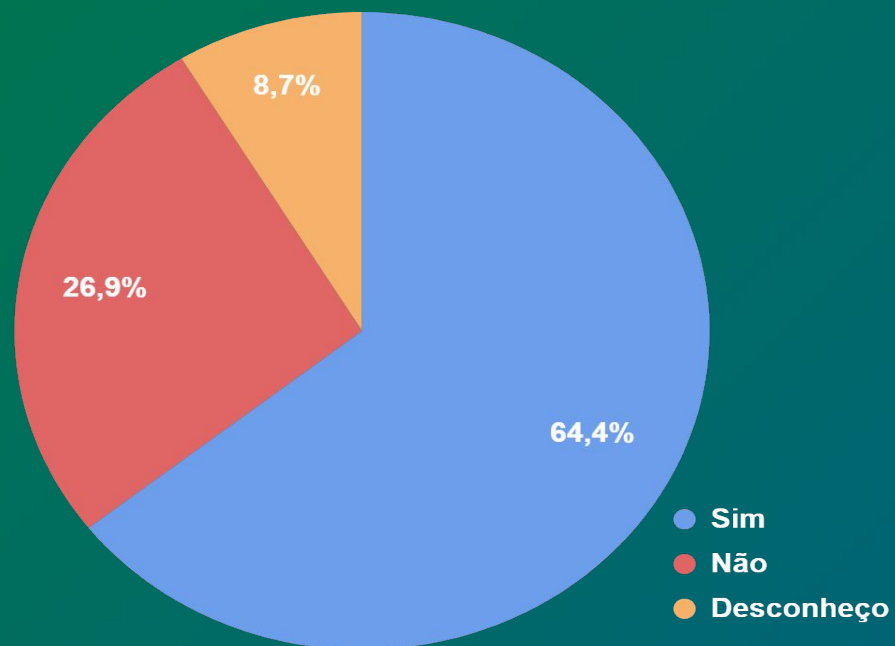


Avaliação do trabalho pedagógico

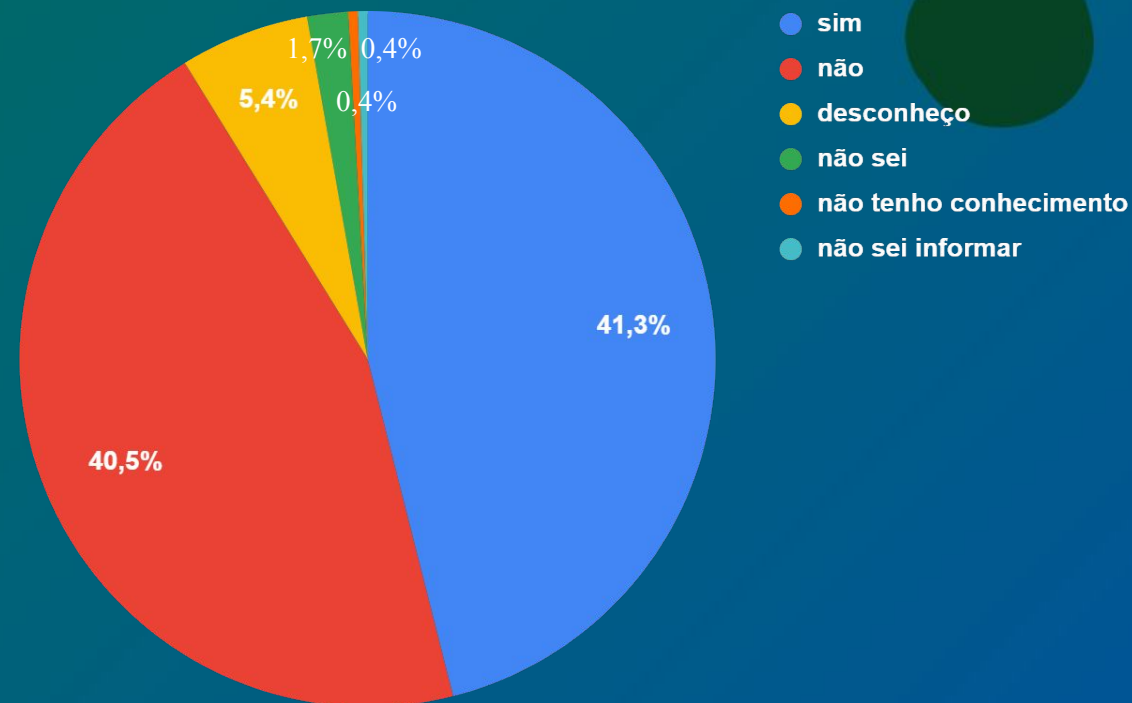
Uma das questões da pesquisa focou na avaliação do trabalho pedagógico desenvolvido no ano letivo de 2020, durante o ensino remoto, para saber se os objetivos de ensino-aprendizagem foram alcançados - somando o número de professores que discordaram completamente que os objetivos tenham sido alcançados com o número dos que concordaram parcialmente no alcance dos objetivos, temos 73% respostas. Ou seja, esse percentual de professores não concordam totalmente que a escola tenha cumprido suas finalidades durante o ensino remoto no ano de 2020. Portanto, mesmo com os esforços, o direito à educação foi fragmentado e subtraído. Constatou-se que os objetivos não foram alcançados e a aprendizagem insuficiente podem resultar em reprovação, defasagem idade-série e abandono escolar dos estudantes. Portanto, são dados que requerem mais estudos e análises, pois referem-se ao cumprimento dos objetivos de aprendizagem e exigem programas, ações e projetos específicos para o enfrentamento de distintas e complexas realidades no Distrito Federal.

➤ QUESTÕES SANITÁRIAS E SAÚDE DOS DOCENTES

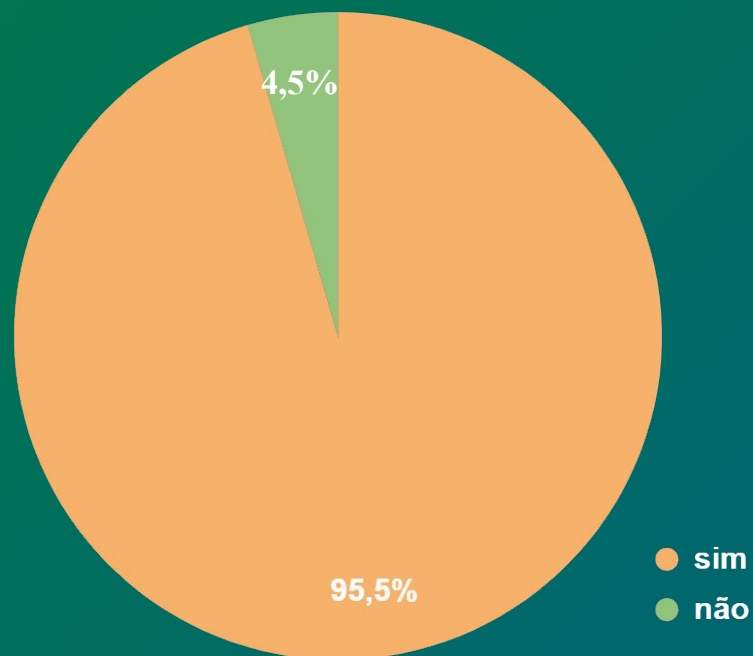
Adoção de meios para notificação e monitoramento de casos de COVID-19 na escola pela equipe gestora



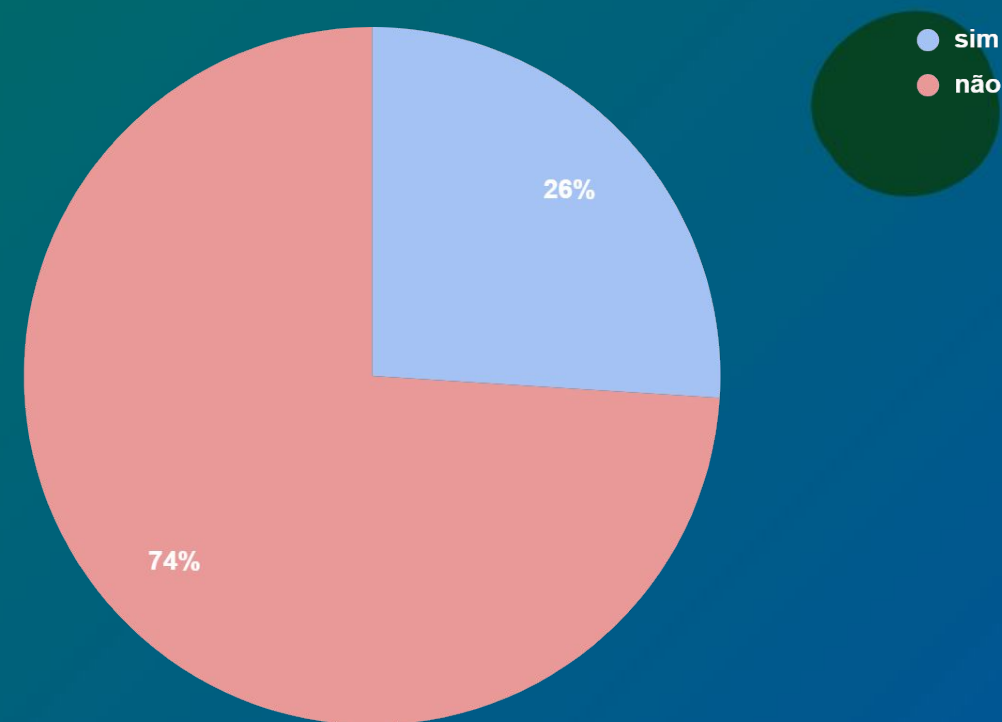
Diálogo e orientações da Secretaria de Saúde do DF com a Secretaria de Educação nas escolas / Regionais de Ensino, sobre medidas a serem adotadas durante a pandemia de COVID-19



Casos de sofrimento mental durante a COVID-19

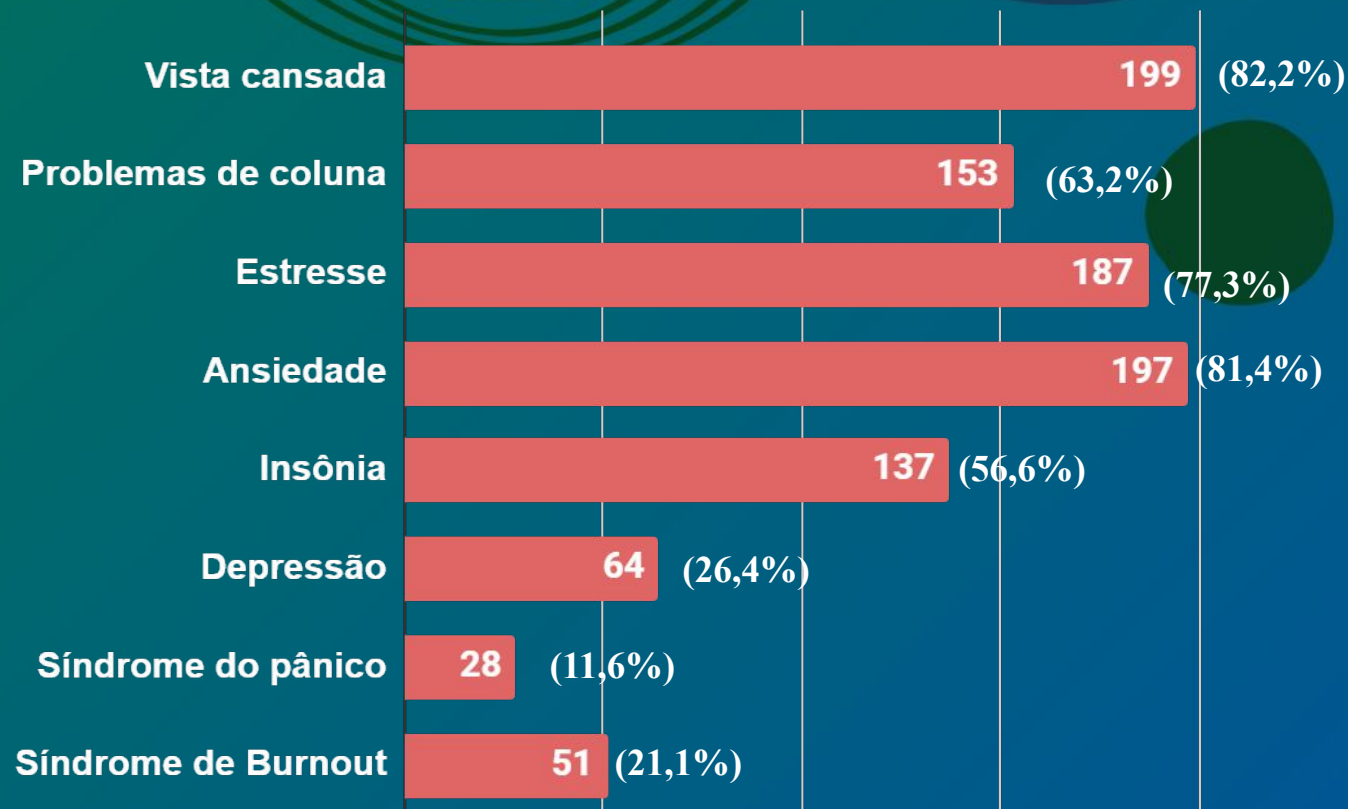


Existência de programa de acolhimento de saúde mental realizado nas escolas



Problemas de saúde provocados pelo uso diário das tecnologias

As questões relativas aos aspectos sanitários e saúde dos docentes são reveladoras de intenso sofrimento mental durante o ano letivo de 2020, como manifestado por mais de 95% dos professores. Dado que coaduna com a baixa incidência de programas de acolhimento de saúde mental nas escolas, indicado por apenas 26% dos respondentes. A condição de sofrimento manifestada pelos docentes, é expressa ainda, nas indicações por eles realizadas acerca dos principais problemas de saúde provocados pelo uso diário das tecnologias: vista cansada, ansiedade, estresse, depressão, angustia, tristeza entre outros. Os problemas de saúde indicados pelos participantes decorrem da sobrecarga de trabalho, principalmente para as mulheres que tiveram que assumir jornadas intensas que envolveram planejamento, preparação de materiais impressos, vídeo aulas, tira dúvidas, preparação de instrumentos e procedimentos de avaliação adaptados à realidade do ensino remoto e, ainda, cuidar das tarefas domésticas, acompanhar filhos que também estavam no ensino remoto. A intensificação do trabalho potencializou os processos de adoecimento que muitos profissionais da educação já vivenciavam antes da pandemia.



→ NOTAS CONCLUSIVAS

PERFIL:

- Grupo predominantemente feminino (82%), em que prevalecem indivíduos de cor branca e parda. Cerca de 43% possuem entre 40 e 49 anos, outros 30% de 30 a 39 anos;
- Trata-se de um grupo qualificado, dos participantes, 67% possuem especialização e 19% mestrado; mais de 80% são professores efetivos da Carreira Magistério Público do DF. Cerca de 65% atua há mais de 10 anos no magistério. Pelo menos 56% atuam no ensino fundamental (anos iniciais e finais).

ATUAÇÃO DO GESTOR:

- Atuou como mediador na organização e disponibilização dos equipamentos eletrônicos e na compra de novos equipamentos; na busca ativa dos estudantes e teve seu trabalho intensificado pelo aumento das demandas e da carga horária de trabalho; além de terem vivido com sofrimento mental.

FORMAÇÃO CONTINUADA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO:

- Predomínio de uso de plataforma disponibilizada pela SEEDF para desenvolver as atividades, mas também, de outras plataformas digitais disponíveis.
- O material impresso foi um recurso bastante utilizado pelos professores, responsabilizados pelo envio, registro e avaliação dos estudantes.
- As aulas expositivas, metodologias, atividades e a gamificação foram as estratégias mais recorrentes para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem.

→ NOTAS CONCLUSIVAS

FORMAÇÃO CONTINUADA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (cont.):

- As dificuldades no uso de tecnologias e plataformas digitais no desenvolvimento do trabalho mais mencionadas pelos professores foram a baixa participação dos estudantes no processo pedagógico, conexão de baixa qualidade, computador obsoleto.
- Os conhecimentos e recursos tecnológicos para os professores atuarem eram limitados no momento em que o ensino remoto teve início, assim como os recursos tecnológicos e internet para os alunos.
- As limitações mais comuns apresentadas pelos estudantes segundo os participantes do estudo, foram a falta de equipamento, dificuldades familiares e a falta de atenção.
- Os professores buscaram a formação continuada junto à EAPE ou cursos online por conta própria. Indicaram que as ações de formação promovidas pela SEEDF atenderam parcialmente as necessidades para o ensino remoto.
- Constatou-se uma intensificação dos trabalhos dos profissionais da Educação no Distrito Federal.

QUESTÕES SANITÁRIAS E SAÚDE DOS DOCENTES:

- Sofrimento mental durante a Covid-19 manifestado por mais de 95% dos professores;
- Pouca e baixa incidência de programas de acolhimento de saúde mental nas escolas (26%).
- Situações agravadas pelo uso diário das tecnologias que desencadearam problemas como ansiedade, vista cansada, estresse, enfim adoecimento.

→ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Antônia. As epidemias nas notícias em Portugal, 1854-1918. **Revista História, Ciência e Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, 2014.

BERTUCCI-MARTINS, Liane M. Memória que educa. Epidemias do final do século XIX e início do XX. **Revista Educar**, Curitiba, n. 25, p. 75-89, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada no dia 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 de março de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 11, de 07 de julho de 2020**. Instituiu Orientações Educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia. Brasília: CNE/MEC, 2020b.

BRASIL. **Decreto n. 6/2020**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/DLG6-2020.htm Acesso em: 13 de março de 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/lei-no-4-751-de-07-de-fevereiro-de-2012/>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017**. Institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF e dispõe sobre sua aplicação e execução nas unidades escolares e nas regionais de ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal. Brasília: Casa Civil, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1896>. Acesso em: 05 de abril de 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 41.882, de 08 de março 2021**. Declara estado de calamidade pública no âmbito da saúde no Distrito Federal em decorrência do Novo Coronavírus SARS-CoV-2 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0 - Doenças Infecciosas Virais). Brasília: Casa Civil, 2021. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=410546>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

SILVA, Edileuza Fernandes; BENTO, André Lúcio. Concepções e discursos sobre a docência: tensões, embates e perspectivas. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, MG, v. 27, n. 1, p. 15-39, jan./abr., 2020.

SILVA, Maria Abádia; PEREIRA, Rodrigo da Silva. Diretor da escola básica: “O vento que sopra o carvão”. In: SILVA, Maria Abádia; PEREIRA, Rodrigo da Silva (orgs.). **Gestão escolar e o trabalho do diretor**. Curitiba, PR: Appris, 2018.

SILVA, Francisco José; FERNANDES SILVA, Edileuza. Relação entre a descentralização financeira via PDAF e rendimento escolar. **Revista Educação & Realidade**, 2023 (no prelo).

SILVA, Maria Abádia e SILVA, Edileuza Fernandes. Para onde vai o direito à Educação em tempos de pandemia? **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro. Edição Especial II, Vol.6. 2020.